

Índios voltam à Guassuty com escolta de policiais

Escoltado por oito homens da Polícia Federal, o grupo de 140 índios guarani-caiua regressou no final de semana para a reserva Guassuty, no município de Aral Moreira, distante 365 km de Campo Grande. Não se confirmaram os boatos de que haveria bomens armados pelos fazendeiros à espera dos indígenas na reserva, e o retorno ocorreu em absoluta normalidade. Os índios passaram uma semana acampados precariamente na aldeia Limão Verde, em Amambai, depois que foram despejados da reserva Guassuty por ordem da juíza Suzana de Camargo Gomes, da 1ª Vara Federal, atendendo a uma ação impetrada por quatro fazendeiros da região.

No retorno, o capitão Arapongas fez um desabafo e revelou a violência ocorrida no despejo, há 15 dias: "Vieram uns 26 PMs. Queimaram nossas casas,

roupas, sapatos, a roça de milho, batata e mandioca. Os fazendeiros vieram com uns cinco traidores e passaram em cima. Até os nossos animais foram mortos. Não deu para salvar nada; só deu para salvar a vida", contou o capitão indígena ao assessor de comunicação da Prefeitura de Amambai, que distribuiu à imprensa um texto sobre o assunto.

Ainda conforme o relato de Arapongas, os momentos posteriores ao despejo também foram dramáticos. "Com medo, criança, velho, todo mundo correu pro mato e ficou escondido. Lá só tinha tatu para comer. Agora, nós voltamos com pouca tralha e vamos ter que fazer tudo de novo. Não sei como fazer para recuperar o que se perdeu", lamenta o caiua. Ele fez um agradecimento e mencionou a os que apoiavam o retorno dos índios, especialmente às de-

mais lideranças que compareceram na aldeia Limão Verde para prestar solidiedade. Apesar do recesso, ainda persiste um clima de insegurança quanto a um novo despejo. "Eu nasci aqui, meu avô nasceu aqui, índio sabe que a terra é dele, por isso estou lutando por ela", explicou Arapongas.

De acordo com o texto distribuído pela Prefeitura, a administração municipal mobilizou dois micro-ônibus para auxiliar no transporte dos índios. O administrador regional da Funai em Amambai, Jayme de Mattos, acompanhou a viagem e lembrou que o impasse sobre a posse das terras ainda não está perto de terminar.

O julgamento do mérito da ação proposta pelos fazendeiros, sem data marcada, é que irá decidir a quem cabe morar na Guassuty — mesmo após a decisão, aliás, existe a possibilidade de recurso em

instância superior. A área em discussão possui 932 hectares, e há quatro fazendeiros, vizinhos entre si, reivindicando a posse. A Funai alega que são terras imemoriais dos índios caiua, e sustenta o argumento com o relatório alcançado no ano passado pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI, o chamado Grúpão). Os técnicos chegaram à conclusão de que tratam-se de terras imemoriais dos caiua. Em outubro, o Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, assinou uma portaria que autoriza a Funai iniciar os trabalhos de demarcação da reserva.

Os fazendeiros argumentam que as terras lhes pertencem. Eles acusam, sem citar nomes, funcionários da Funai de terem praticado uma "invasão das terras" e afirmam que houve uma manobra para influenciar o Ministro Jarbas Passarinho.